

Discurso proferido pelo Deputado
Geraldo Resende (PMDB/MS)
em Sessão no dia 10/02/2009.

MORTES NO TRÂNSITO: Uma situação alarmante

Senhor presidente,
Senhoras e senhores deputados,

Quero iniciar a minha fala saudando a nova mesa diretora e desejando que esta legislatura produza bons frutos, leis justas e que esteja em permanente sintonia com as necessidades mais elementares do povo brasileiro. Que nós, parlamentares, tenhamos equilíbrio e **bom senso** para superar as dificuldades, **sabedoria** para vencer as diferenças que muitas vezes embotam o nosso raciocínio e **determinação** para encontrar as soluções que ajudem o nosso Brasil a ser um país melhor.

Espero que todos nós, juntos, possamos trabalhar pela redução do sofrimento dos mais humildes. Que a nossa força possa reduzir a distância entre os mais ricos e



E555986A59

mais pobres e que não nos falte coragem para combater todo e qualquer tipo injustiça.

São meus sinceros desejos nesse reinício de trabalho. E tenho a clareza de que eles não traduzem apenas um sentimento isolado, distante, inalcançável. Construir um país com leis mais justas é o desejo comum de cada um de nós. É o que justifica a nossa presença nesta casa. É a mola propulsora do nosso dia-a-dia. E quanto maior a nossa eficácia, tanto melhor será o efeito produzido pelas leis que ajudamos a criar e aprovar na vida de cada um dos brasileiros.

Aproveito para trazer à luz neste momento um assunto que me causa enorme preocupação. Não pelo ineditismo da questão, mas pela recorrência do tema: a violência no trânsito. A edição de 04 de fevereiro do Jornal “Folha de São Paulo” trouxe uma pequena nota na coluna da jornalista Mônica Bérghamo, revelando o que não chega a ser novidade para nós, mas que nem por isso, deixa de ser uma informação contundente e alarmante: De acordo com dados coletados pelo Ministério da Saúde os técnicos chegaram à conclusão de que Santa Catarina é o Estado com o trânsito que mais mata no país. A taxa é de 31,7 óbitos por 100 mil habitantes.



E555986A59

Na seqüência, estão Mato Grosso do Sul, com índice de 29,8, Paraná e Rondônia, ambos com 28,1. O Rio de Janeiro ocupa a 19ª posição, com um índice de 16,9 mortes para cada 100 mil habitantes. E São Paulo aparece no 21º lugar, com 15,8. O estudo se baseia em dados de 2006, quando a Lei Seca ainda não estava em vigor. E apontam como as principais causas de acidentes motoristas embriagados, excesso de velocidade, desrespeito às leis de trânsito e uso de celular.

A relação explosiva entre álcool e direção produziu uma incômoda estimativa em 2007: 17 mil mortes estiveram diretamente relacionadas a essa causa. O que mais preocupa é o fato de que a maior parte dos acidentes com mortes envolve pessoas entre 20 e 39 anos, somando 45% do total.

Os homens estão em 85% desses óbitos. Entre os adolescentes, o acidente de trânsito é a segunda principal causa de morte, perdendo apenas para os homicídios. Eis aí informações sérias o suficiente para que este assunto ocupe lugar especial na nossa pauta de trabalho em 2009.

No ano passado, o próprio ministro da Saúde, José Gomes Temporão, trouxe à tona informações fornecidas por uma pesquisa realizada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre os anos 2001 e 2003. A pesquisa



quantifica os custos dos acidentes de trânsito em áreas urbanas e concluiu que há uma perda, somente em resgate e internação, de R\$ 5,3 bilhões de reais anuais aos cofres da saúde. Segundo o ministro, o valor é muito próximo ao que é investido anualmente para o programa Saúde da Família cobrir uma população de quase 100 milhões de pessoas, além de ser cinco vezes maior do que se aplica em todo o tratamento dos portadores de HIV, que somam cerca de 200 mil pessoas.

Em 2006, outra pesquisa do IPEA demonstrou que os impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas rodovias brasileiras chegam a R\$ 24,6 bilhões, valores ligados à perda de produção relacionada à morte das pessoas ou à interrupção das atividades das vítimas.

Outra pesquisa realizada no ano passado com mais de 55 mil pessoas nas capitais brasileiras, trouxe uma resposta assustadora: cerca de 150 mil pessoas dirigem após ingerir bebidas alcoólicas nas capitais. Estendendo uma projeção para todo o Brasil, esse número chega a 350 mil pessoas que assumem conduzir seus veículos com seus reflexos alterados.

A chamada Lei Seca, que acabou com a tolerância de álcool ao volante é uma das mais eficazes medidas já adotadas pelo governo para tentar reduzir esses



números drásticos e reverter esse quadro absurdo. Nosso país não pode mais conviver com tamanha violência no trânsito. A punição para quem põe a sua própria vida e a de terceiros em risco deve ser o mais rigorosa possível, como já acontece em países como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra.

Os dados que relatei são suficientes para demonstrar a urgência com que temos que enfrentar esse problema. É nosso dever e nossa obrigação encontrar caminhos que estanquem essa fábrica de homicídios em que se tornou o trânsito brasileiro. A existência da lei seca é um grande avanço, mas não pode isolar os grandes temas que a compõe. As mortes violentas e o padrão de consumo de álcool brasileiro carecem de amplo debate e ação da sociedade e do poder público. O objetivo é lutar por uma vida longa e com qualidade, dentro de um ambiente de paz e de responsabilidade.

Muito obrigado.

GERALDO RESENDE

Deputado Federal PMDB/MS



E555986A59